

Prática pedagógica decolonial: professora negra e a desconstrução do uso exclusivo de autores brancos na redação do ENEM de 2023¹

Sara Santos Alves¹

Eduardo Oliveira Miranda²

Resumo

Este trabalho enfatiza a urgência de práticas pedagógicas decoloniais no ensino de repertórios socioculturais na redação do ENEM, considerando sua importância para a construção crítica de argumentos. A análise parte do tema da redação de 2023, “Os desafios para a valorização do trabalho de cuidado da mulher no Brasil”, e evidencia a ausência de referências de intelectuais negros entre os repertórios citados nas redações nota máxima. A pesquisa bibliográfica revelou que 76,5% dos autores citados são brancos, apontando a perpetuação de um projeto educacional branquecentista que invisibiliza a produção intelectual negra. A partir disso, a prática docente decolonial proposta busca romper com essa lógica ao valorizar narrativas e saberes historicamente marginalizados, resgatando as contribuições de autores negros e de outros grupos subalternizados. Essa abordagem considera a educação como um ato político, capaz de transgredir estruturas de poder e promover uma formação intercultural e inclusiva. Ela também questiona o ideal hegemônico de neutralidade no ensino, ao fomentar a criticidade e a representatividade no espaço escolar. Dessa forma, os resultados apontam que a prática pedagógica alinhada à perspectiva decolonial não apenas amplia o repertório cultural dos estudantes, mas também contribui para desconstruir estigmas e desigualdades históricas, ressignificando o lugar das minorias na produção do conhecimento. Conclui-se que a integração de práticas educativas decoloniais no preparo para o ENEM é fundamental para transformar a redação em um espaço de resistência e emancipação.

Palavras-Chave: Decolonialidade; Docência; Enem; Redação.

1. Introdução

"Eu quero ficar para a história. Eu acredito que mereço estar na história e, acredito que minha história merece ser contada" (Viola Davis).

Optamos em iniciar o nosso diálogo com a marcante colocação da atriz americana Viola Davis a temática central deste artigo finca suas bases no campo da construção socioantropológica do que nos ensinaram a validar como discursos legítimos. Um país marcado por um processo constitutivo forjado por relações de poder que não se identifica pelo viés do capital, mas também com o peso dos impactos da branquitude sobre as demais corporeidades racializadas.

O Exame Nacional do Ensino Médio se tornou obrigatório em 2009 para a inserção no Ensino Superior, um feito importante para os jovens que almejam em pertencer aos espaços da

¹ Licencianda em Letras Língua-Portuguesa; Universidade Estadual de Feira de Santana e membra do Grupo de Pesquisa Corpo-território, Educação e Decolonialidade (CNPq/UEFS); Feira de Santana; Bahia; Brasil; santosalves.sara@gmail.com

² Doutor em Educação; Coordenador do Grupo de Pesquisa Corpo-território, Educação e Decolonialidade (CNPq/UEFS); Feira de Santana; Bahia; Brasil; eomiranda@uefs.com.br

Universidade Pública. A redação do exame conta com alguns critérios, dos quais são relevantes destacar o gênero textual argumentativo, o qual exige um posicionamento crítico na construção do ponto de vista do candidato e a presença de repertório sociocultural para a fundamentação argumentativa.

Nota-se que, ao falar sobre as redações nota 1000 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) os repertórios socioculturais, que de acordo com INEP (2023), configura-se como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribua como argumento para a discussão proposta, contam com uma variedade de discursos, ou seja,

[...] Serão considerados repertórios legitimados por essas áreas: conceitos e suas definições; informações, declarações ou fatos e/ou referências a áreas do conhecimento, tais como: fatos ou períodos históricos reconhecidos; referência a nomes de autores, filósofos, poetas, livros, obras, peças, filmes, esculturas, músicas etc.; referência a áreas do conhecimento e/ou seus profissionais, como Sociologia/sociólogos, Filosofia/filósofos, Literatura/escritores/poetas/autores, Educação/educadores, Medicina/médicos, Linguística/linguistas etc.; referência a estudos e/ou pesquisas; referência a personalidades, celebridades, figuras, personagens etc., desde que conhecidos; referência aos meios de comunicação conhecidos, como redes sociais, mídia, jornais, como O Globo, Revista Veja, Rede Globo, Folha de S. Paulo etc. (FUNDAÇÃO, Getúlio Vargas, 2019, p. 11)

Nesse contexto, a edição de 2023 teve como tema “Os desafios para a valorização do trabalho de cuidado da mulher no Brasil”, o qual convidava para a reflexão e discussão acerca do papel da mulher na sociedade, juntos à baixa remuneração e ao estereótipo de cuidado materno voltado para esse público.

Mesmo o INEP não realizando o recorte racial, a temática é majoritariamente a realidade de mulheres negras, de acordo com o IBGE (2022), “as pessoas pretas (29,4%) e pardas (31,0%) têm taxas de realização maiores que as brancas (27,4%). Enquanto 38,0% das mulheres pardas e 36,1% das pretas realizaram tais cuidados em 2022, entre as brancas a taxa foi 31,5%”, uma vez que essa prática foi imposta por uma construção social marcada por violências e negações do respeito a existência e ao corpo negro, como o constructo das amas de leite.

Com isso, nota-se a relevância de uma prática docente decolonial, à medida que, assim como o tema de 2023, as temáticas da redação possuem um viés sociocultural, político e científico, exigindo dos docentes de redação uma abordagem transgressora dentro e fora dos espaços escolares, uma vez que, de acordo com Miranda (2020, p. 57):

Logo, recorro as contribuições de Santos (2000), ao expressar: “Desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil”. O posicionamento de Santos aconteceu três anos antes da promulgação da Lei nº 10.639/03, a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino de educação básica,

sejam esses públicos ou privados. Alguns anos depois, a supracitada Lei ampliou-se para a Lei nº 11.645/08, com a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira e indígena. Comungo do desejo exposto por Santos pelo fato de assumir na minha prática educativa que todos os grupos étnicos tenham os seus direitos garantidos, pelas leis e também pelo respeito às alteridades.

É fundamental identificar espaços de ruptura e agir nas margens, regularizando as lutas de resistência como movimentos políticos e incorporando práticas, ações e a escola. Neste sentido, este artigo ao problematizar a ausência de intelectuais negros e negras no repertório sociocultural do ENEM, objetiva atender as diretrizes das políticas educacionais pautadas nas Leis 10.639/03 e 11645/08, como elucida a pesquisadora Rosane Borges (2015, p. 750):

O que está em causa nas Leis 10.639 e 11.645 é a busca por reconhecimento e adoção de um sistema educativo que exerça a alteridade. Acolher o Outro, em sua plenitude e complexidade, como condição de acolher a mim mesmo, sem reduzi-lo a categorias estereotipantes, vem sendo o desafio renovado da política global.

Por isso, há a necessidade de refletir: “Quais são os saberes que estou legitimando aos vestibulandos como base para a fundamentação argumentativa na redação do ENEM?” e “A minha prática docente no ensino de posicionamento crítico diante aos temas sociais abordados na redação está sendo invisibilizada ou embranquecida”. Educar é um ato político que na abordagem decolonial se configura como a mola propulsora do posicionamento da educação básica até a etapa do ENEM como um território de elucidação das práticas interculturais, as quais reivindicam ação no campo teórico, bem como, no fazer cotidiano das nossas vidas. Por conta disso, a interculturalidade aplicada nas salas de aula tem reverberado outros veios epistêmicos, que nas palavras de Walsh (2005, p. 25) significa:

O conceito de interculturalidade é central à (re)construção de um pensamento crítico – outro – um pensamento crítico de/desde outro modo, precisamente por três razões principais: primeiro porque está vivido e pensado desde a experiência vivida da colonialidade [...]; segundo, porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêtricos ou da modernidade e, em terceiro, porque tem sua origem no sul, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no norte global.

A identidade docente precisa estar alinhada a uma consciência de classe e raça para além das paredes da universidade, escola e dos cursinhos pré-vestibulares, uma vez que esses espaços ainda compartilham do ideal da branquitude, a qual, de acordo com Bento (2003), se expande, se ramifica e se consolida, uma vez que:

É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na

política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro.[...] Ou seja, trata-se de compreender a perspectiva que emerge quando deslocamos o olhar que está sobre os “outros” racializados, os considerados “grupos étnicos” ou os “movimentos identitários” para o centro, onde foi colocado o branco, o “universal”, e a partir de onde se construiu a noção de “raça”. (BENTO, 2022, p.14)

Sendo, então, imprescindível o papel dos professores como dispositivo transgressor e decolonial no processo de ensino-aprendizagem, principalmente, em relação ao ensino de repertório sociocultural para os estudantes referenciar os seus argumentos na redação do ENEM.

O presente artigo possui como objetivo enfatizar a necessidade de uma prática decolonial ao ensino de repertórios socioculturais para a redação do ENEM. Isso porque a manutenção do uso de apenas autores brancos como referências consolida a ideia eurocêntrica e narcisista da branquitude nas práticas pedagógicas e nos conhecimentos disseminados em sala de aula ao permanecer com seu projeto político branquecêntista, contribuindo para a consolidação do apagamento negro nas esferas sociais brasileira e, sobretudo, no referencial teórico dos candidatos do exame. Este trabalho, então, busca problematizar, por meio de um viés analítico, os resultados para a seguinte problemática: compreender o motivo pelo qual os textos nota máxima da redação do enem não utilizam, em sua maioria, como repertório sociocultural a presença de intelectuais negros e negras.

Para isso, o método a ser utilizado será a pesquisa bibliográfica que possui como principal característica diversificar, por meio de diferentes autores, a base analítica acerca da prática decolonial e o uso de autores brancos como repertório sociocultural na redação do enem de 2023 – já que o aprofundamento das 15 edições ainda não é cabível na extensão que este trabalho oferece– que são disponibilizadas no endereço eletrônico do INEP na cartilha do participante, a qual possui 10 redações nota máxima e selecionada pelo Instituto.

Posteriormente, após o levantamento dessas citações, houve uma busca virtual com o objetivo de investigar os marcadores que delimitamos como importantes para a pesquisa: nacionalidade, raça e gênero. Isso porque estes marcadores dialogam com o problema deste trabalho, principalmente ao reconhecer quem são os autores citados para os temas sociais. Por fim, a compreensão dos dados coletados foi quantitativa, e organizada em estatísticas para que haja uma visão explícita do problema abordado, pois [...] considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (Prodanov e Freitas, 2013, p. 69).

2. Resultados e discussão

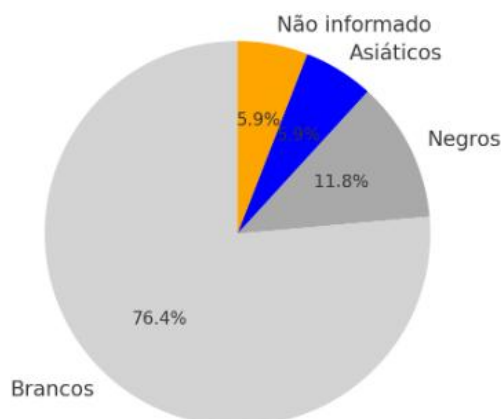
A história e cultura afro-brasileira entrou para o currículo oficial da rede de ensino em 2003 pela Lei 10.639. Foram mais de 500 anos para que se tornasse obrigatório o estudo de escritores e de culturas da população negra. A negação desses corpos regeu a educação brasileira, visto que os ideais de inferiorização intelectual e social desse corpo mutilado sempre estiveram em contraponto às afirmações que alegam sua incapacidade para a socialização bem sucedida de experiências brancas, em instituições brancas, em construções brancas, com vestimentas brancas, culinárias brancas, vivenciadas, construídas e produzidas por, com e de corpos negros, que nas pesquisas da intelectual Sueli Carneiro (2005, p. 97) a constituição do epistemicídio se edificou com ênfase no mercado racial,

sendo, pois um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com a raciaidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/ biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quando do biopoder, a saber, disciplinar/ normatizar e matar ou anular.

Mesmo com o fomento da perspectiva decolonial e de práticas pedagógicas transgressoras e que o INEP tenha decretado em seus editais o tema do ENEM sendo uma problemática social voltada para as minorias, ainda há a reprodução exacerbada do pensamento branco como um ideal legitimado, coerente e intelectualmente avançado para sustentar os argumentos defendidos no texto dissertativo-argumentativo do exame, já que a banca entende como repertório os “conhecimentos construídos ao longo de sua formação”.

Isso porque, com os resultados coletados em uma amostra de 10 redações nota máxima disponíveis na Cartilha do Participante de 202 obtivemos,

Gráfico 1- Distribuição racia dos autores referenciados



Fonte: produzido pelos autores.

Gráfico 2- Nacionalidade dos autores referenciados



Fonte: produzido pelos autores.

Sendo estas as autoridades referenciadas como repertórios pelos candidatos,

Tabela 1 - Redação nota 1000 de Amanda Teixeira Zampiris

Autor austríaco Stefan Zweig
Filósofo inglês Thomas Hobbes
Antropólogo francês Claude Lévi-Strauss

Fonte: INEP 2024

Tabela 2 - Redação nota 1000 de Lucas Malta de Carvalho

Constituição Federal de 1988

IBGE
Filósofo italiano Nicolau Maquiavel

Fonte: INEP 2024

Tabela 3 - Redação nota 1000 de Gabriela Larissa de Souza Gurgel

Filósofa alemã Hannah Arendt
IBGE
Sociólogo polonês Zygmunt Bauman

Fonte: INEP 2024

Tabela 4 - Redação nota 1000 de Ana Luiza Teodoro Coutinho Loureiro

Autora brasileira Clarice Lispector
Escritora francesa Simone de Beauvoir
Filósofo alemão Byung Chul-Han

Fonte: INEP 2024

Tabela 5 - Redação nota 1000 de Helena Moreira Alves

Constituição Federal
Referência histórica à Grécia Antiga
Filósofo francês Michel Foucault

Fonte: INEP 2024

Tabela 6 - Redação nota 1000 de Letícia Vicente da Silva

Referência histórica ao Período Colonial
Escritora nigeriana Chimamanda Adichie
Sociólogo brasileiro Ricardo Antunes

Fonte: INEP 2024

Tabela 7 - Redação nota 1000 de Mariane Clementino Barbosa

Série estadunidense “Grey's Anatomy”
Filósofo alemão Immanuel Kant
Filósofo brasileiro Darcy Ribeiro

Fonte: INEP 2024

Tabela 8 - Redação nota 1000 de Lucca Santos Aguilar

Série canadense “Anne with an E”

Físico alemão Albert Einstein
Constituição Federal de 1988

Fonte: INEP 2024

Tabela 9 - Redação nota 1000 de Bruno Henrique Alves dos Santos

Filme nacional “Que horas ela volta?”
Sociólogo francês Émile Durkheim
Filósofa brasileira Carla Akotirene

Fonte: INEP 2024

Tabela 10 - Redação nota 1000 de Matheus Almeida Barros

Escritor austríaco Stefan Zweig
Escritor brasileiro Gilberto Dimenstein
Filósofo esloveno Slavoj Zizek

Fonte: INEP 2024

Diante desse cenário, percebe-se que a base educacional desses vestibulandos ainda não está consolidada no conhecimento do seu passado, uma vez que a própria temática da redação “Os desafios enfrentados para a valorização do trabalho de cuidado da mulher no Brasil” chama para um exercício sankôfico de reconhecer que o início desse ofício foi imposto com práticas violentas de subversão da própria existência identitária da mulher negra.

Esses dados enfatizam que, de acordo Munanga (2009) a alienação do negro tem se realizado pela inferiorização do seu corpo antes de atingir a mente, o espírito, a história e a cultura, ou seja,

[...] coloca-se a espinhosa questão de saber se os negros seriam capazes de construir sua identidade e sua unidade baseando-se somente na pigmentação da pele e em outras características morfológicas do seu corpo, numa sociedade em que a tendência geral é fugir da cor da pele “negra”, de acordo com a prática de embranquecimento sustentada pela ideologia de democracia racial fundamentada na dupla mestiçagem biológica e cultural. (Munanga, 2009, p.12)

A baixa aderência de autores negros no embasamento teórico desses estudantes ressalta um processo enrijecido e alienado pela visão social de bases brancas privilegiadas. Diante disso, vê-se na prática o apagamento étnico-racial de escritores negros que são anulados e ignorados

como dignos de referência teórica na redação de uma das provas, se não a mais importante do país para o ingresso no ensino superior, pois, como afirma Bento (2003,p. 06), “Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados”. Assim, vê-se a exploração, a autópsia, da dor e do corpo da mulher negra em serviço de cuidado historicamente silenciado, sendo colocado em mais uma vitrine de temas sociais do INEP, em que muitos candidatos do exame não possuem um posicionamento crítico decolonial que possibilite visibilizar autores, filósofos e obras literárias de negros e pretos, os quais possuem propriedade para falar das mazelas que atingem o seu próprio eu.

Dessa forma, quando analisamos os dados coletados nos deparamos com a importância da prática pedagógica decolonial como possibilidade de libertação das minorias e dos excluídos, desde o processo colonial, sendo eles: o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro (a), o menino ou a menina indígena , o menino ou a menina quilombola, a mulher, o/a trabalhador (a), a/o escravizada (o), a pessoa com deficiência e as pessoas LGBTQIA+.

A educação não pode fundar-se na compreensão de seres vazios, em que a escola os preencheria de conteúdos; não pode basear-se numa consciência específica, tecnicista, mas nos sujeitos interculturais conscientes e na consciência como um reflexo inspirado ao mundo, inundada pelas experiências, pela diversidade etnocultural em que se está inserido, pois, para Hooks (2017, p.51) ao questionarmos não apenas as ideias, mas também os hábitos que moldam nosso modo de ser, torna-se possível construir uma comunidade por meio desse processo reflexivo.

Nesse sentido, denegrir o referencial teórico dos candidatos do enem é uma das ferramentas para transgredir a opressão e a exclusão dessas minorias, rompendo com os resquícios de uma prática educacional embranquecida. De acordo com a sua etimologia, a palavra “denegrir” tem origem do latim “denegrare”, o qual significa “tornar negro”. Historicamente ela foi utilizada com sentido pejorativo, associando a algo negativo ou ação prejudicial a alguém, assim como o constructo social projetado pela branquitude sobre e para o sujeito negro, o qual, de acordo com Fanon (1980, p.154), “Quando a civilização europeia entrou em contato com o negro, ... todo o mundo concordou: esses negros eram o princípio do mal ... negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais”.

Assim, adoto o uso da palavra em seu significado mais pleno em uma reexistência epistemológica (Walsh, 2013) dos saberes validados e embranquecidos nas redações nota máxima do ano de 2023: tornar negro o referencial teórico dos candidatos do Enem. É urgente denegrir o repertório sociocultural do Enem.

3.Considerações finais

Tudo isso nos aponta para a urgente necessidade de formação e fortalecimento de uma certa prática docente, não alienada do nosso contexto sócio-histórico. Uma prática docente que valorize não só a razão, a linearidade da escrita, a letra, a tecnologia, os processos operacionais, mas outras fontes de saber negra e indígena: a corporeidade, a cultura, as memórias, a sensorialidade, a escuta, o movimento, a liberdade, a criatividade, as emoções, as sinestesias, as socializações, a construção de vínculo com o outro e com tudo o que é vivo.

Uma prática docente que valorize uma aprendizagem que nos promova por inteiro e que seja coletivamente transgressora. Uma prática docente que seja voltada para a diversidade étnico-racial e cultural da nossa população, sobretudo, dessa população que, ao longo da história do Brasil, vem sendo eximida dos seus inerentes direitos civis, sociais e humanos. Uma prática docente invisibilizada.

Um saber que venha valorizar o acolhimento, o lugar do outro, as contribuições civilizatórias do outro, o outro, o negro. Um saber que, aprenda a aprender, humanize, “interculturalize”, inclua, um saber que transgrida, um saber que torne negro o indivíduo em expansão. Para Gomes (2012, p. 06), a identidade negra é entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Ora, para que isso ocorra plenamente no ambiente escolar e de cursinhos, é necessário que venha haver a representatividade do negro nos livros didáticos e planos de aula, não como uma dissecação do sofrimento e do corpo negro, mas com o olhar e finalidade voltados para a sua ascensão social e Literária.

Expressar a visão do negro sobre a sociedade, como Carolina Maria de Jesus fez em "Quarto de Despejo" (2014), que por meio das suas falas e críticas a sociedade e ao meio em que era silenciada, tornou-se, mesmo que após a sua morte, o cânone da Literatura brasileira negra. Utilizar dessas obras como referência para a voz desses corpos violentados, na construção do que hoje chamamos de Brasil, em um local onde passamos uma década sendo moldados e preparados a partir das normas sociais é inquestionável para que, de fato, transgrida as chagas que nos foram impostas e sejamos referência no fundamento sociocultural de milhões de jovens que utilizam o enem como porta de entrada para a Universidade.

Referências

- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 1–30.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1980.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Organização de Audálio Dantas. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência**. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32375/3/corpo-territorio-educacao-decolonial-repositorio.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- WALSH, Catherine. Introducción: (re)pensamiento crítico y (de)colonialidad. In: WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas**. Quito: Abya-Yala, 2005. p. 13–35.
- WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Decolonial Pedagogical Practice: Black Female Teacher and the Deconstruction of the Exclusive Use of White Authors in the 2023 ENEM Essay

Abstract

This paper emphasizes the urgency of decolonial pedagogical practices in teaching sociocultural repertoires in the ENEM essay, considering their importance in the critical construction of arguments. The analysis is based on the 2023 essay topic, “Challenges to Valuing Women's Care Work in Brazil,” and highlights the absence of references to Black intellectuals among the cited repertoires in top-scoring essays. Bibliographic research revealed that 76.5% of the cited authors are white, indicating the perpetuation of a white-centered educational project that renders Black

intellectual production invisible. Accordingly, the proposed decolonial teaching practice aims to break with this logic by valuing historically marginalized narratives and knowledge, reclaiming the contributions of Black authors and other subalternized groups. This approach regards education as a political act, capable of transgressing power structures and promoting intercultural and inclusive education. It also challenges the hegemonic ideal of neutrality in teaching by fostering critical thinking and representativeness in the school environment. Thus, the results indicate that a pedagogical practice aligned with the decolonial perspective not only broadens students' cultural repertoire but also helps dismantle stigmas and historical inequalities, re-signifying the place of minorities in knowledge production. It concludes that integrating decolonial educational practices in ENEM preparation is essential to transform the essay into a space of resistance and emancipation.

Keywords: Decoloniality; Teaching; ENEM; Essay.

Práctica pedagógica decolonial: profesora negra y la deconstrucción del uso exclusivo de autores blancos en la redacción del ENEM de 2023

Resumen

Este trabajo enfatiza la urgencia de prácticas pedagógicas decoloniales en la enseñanza de repertorios socioculturales en la redacción del ENEM, considerando su importancia para la construcción crítica de argumentos. El análisis parte del tema de redacción de 2023, “Los desafíos para valorar el trabajo de cuidado de la mujer en Brasil”, y evidencia la ausencia de referencias a intelectuales negros entre los repertorios citados en las redacciones con la nota máxima. La investigación bibliográfica reveló que el 76,5% de los autores citados son blancos, lo que indica la perpetuación de un proyecto educativo blanquecentrista que invisibiliza la producción intelectual negra. A partir de esto, la práctica docente decolonial propuesta busca romper con esta lógica, al valorar narrativas y saberes históricamente marginados, rescatando las contribuciones de autores negros y de otros grupos subalternizados. Este enfoque considera la educación como un acto político, capaz de transgredir estructuras de poder y promover una formación intercultural e inclusiva. También cuestiona el ideal hegemónico de neutralidad en la enseñanza, fomentando la criticidad y la representatividad en el espacio escolar. De esta forma, los resultados indican que la práctica pedagógica alineada con la perspectiva decolonial no solo amplía el repertorio cultural de los estudiantes, sino que también contribuye a la deconstrucción de estigmas y desigualdades históricas, resignificando el lugar de las minorías en la producción del conocimiento. Se concluye que la integración de prácticas educativas decoloniales en la preparación para el ENEM es fundamental para transformar la redacción en un espacio de resistencia y emancipación.

Palabras clave: Decolonialidad; Docencia; ENEM; Redacción.

Pratique pédagogique décoloniale : enseignante noire et déconstruction de l'usage exclusif d'auteurs blancs dans la dissertation du ENEM 2023

Résumé

Ce travail met en évidence l'urgence des pratiques pédagogiques décoloniales dans l'enseignement des répertoires socioculturels dans la dissertation du ENEM, en tenant compte de leur importance pour la construction critique des arguments. L'analyse part du thème de la dissertation de 2023, « Les défis de la valorisation du travail de soin des femmes au Brésil », et met en lumière l'absence de références à des intellectuels noirs parmi les répertoires cités dans les copies ayant obtenu la note maximale. La recherche bibliographique a révélé que 76,5 % des auteurs cités sont blancs, ce qui démontre la perpétuation d'un projet éducatif centré sur la blancheur, qui rend invisible la production intellectuelle noire. La pratique enseignante décoloniale proposée vise à rompre avec cette logique en valorisant des récits et des savoirs historiquement marginalisés, en récupérant les contributions d'auteurs noirs et d'autres groupes subalternisés. Cette approche considère l'éducation comme un acte politique, capable de transgresser les structures de pouvoir et de promouvoir une formation interculturelle et inclusive. Elle remet également en question l'idéal hégémonique de neutralité dans l'enseignement, en stimulant l'esprit critique et la représentativité dans l'espace scolaire. Ainsi, les résultats indiquent qu'une pratique pédagogique alignée avec la perspective décoloniale élargit non seulement le répertoire culturel des élèves, mais contribue aussi à la déconstruction des stigmates et des inégalités historiques, redéfinissant la place des minorités dans la production

du savoir. On conclut que l'intégration de pratiques éducatives décoloniales dans la préparation au ENEM est fondamentale pour transformer la dissertation en un espace de résistance et d'émancipation.

Mots-clés : Décolonialité ; Enseignement ; ENEM ; Dissertation.